

PROCESSO N° 02.013.019/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2022

ASSUNTO: Análise de minuta de Edital para Registro de Preço na modalidade Pregão Eletrônico para emissão de Parecer.

PARECER JURÍDICO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ANÁLISE DE MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO “MENOR PREÇO POR ITEM” PARA EMISSÃO DE PARECER SOBRE LICITAÇÃO. Lei 10.520/2002 E DECRETO 7.982/2013. FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

Instado a se manifestar acerca da minuta de edital na modalidade Pregão Eletrônico do tipo “menor preço por item”, por Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros visando atender as necessidades da prefeitura de Passa e Fica/RN, este Procurador Geral passa a exarar o que se segue.

Consta nos autos os seguintes documentos: a) solicitação da secretaria; b) termo de referência com a justificativa, o objeto e as metas; c) pesquisa mercadológica, bem como minuta de edital a ser publicado.

Eis o Relatório.

PARECER

O presente parecer trata da análise da Minuta do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo “menor preço por item”, por Sistema

de Registro de Preços, no Processo nº **02.013.019/2022**, que objetiva a contratação acima relatada, conforme especificações constantes no termo de referência.

Primeiramente, é importante ressaltar que, a modalidade licitatória sugerida na minuta se mostra adequada ao objeto licitado em todos os seus termos, na melhor previsão do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, *in verbis*:

Art. 1º- Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Em ato contínuo, o artigo 11º da Lei nº 10.520/2002, determina que as contratações efetuadas por SRP previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666/93, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico, vejamos:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

De forma complementar, o Decreto nº 7.892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 3º determina as hipóteses que pode ser adotado o sistema de registro de preço. *In verbis*:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Cumprido frisar, por cautela, que o advento da nova lei de licitações reafirmou a possibilidade de compras por intermédio do sistema de registro de preços. Nesse diapasão, o exposto no artigo 15 da antiga lei, encontra guarida no inciso II do artigo 40 da nova lei de licitações (lei nº 14.133/2021).

Assim, diante dos esclarecimentos apontados, resta clara a possibilidade da modalidade eleita de licitação por meio de pregão com Sistema de Registro de Preço – SRP.

Em se tratando de Administração Pública, cumpre frisar que os parâmetros legais devem ser observados. Nesse sentido, a Constituição Federal em seu artigo 37, *caput*, trata dos princípios que regem a Administração Pública, dentre eles, o da legalidade. Confira-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência e, também, ao seguinte:

Ademais, o novo diploma que rege as licitações (Lei nº 14.133/2021), reafirma os princípios elencados na constituição incluindo princípios próprios da licitação, como por exemplo o da competitividade e o do melhor interesse da administração pública.

De acordo com a minuta, o Edital trará condições de igualdade aos interessados (competitividade) e proporcionará a contratação da melhor proposta para a Administração (melhor interesse da administração pública), demonstrando respeito aos princípios da igualdade de oportunidades e da legalidade, inseridos no texto Constitucional.

Pelo que restou comprovado, a minuta de edital está revestida de todos os requisitos exigidos pela Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como os demais instrumentos normativos pertinentes.

A obediência aos aspectos formais e legais do processo de licitação é dever que se impõe e considerando os referidos aspectos, entendo que a minuta do edital atende aos princípios e regras que regem a Administração Pública e, por conseguinte, ao processo licitatório.

Diante do todo arrazoadado acima, OPINO FAVORAVELMENTE ao prosseguimento do processo licitatório nº 02.013.019/2022 na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preço, considerando que a minuta do edital se mostra apta à publicação, bem como, seus respectivos anexos, cumprindo as exigências Lei Federal nº 8.666/93.

Precavido do caráter opinativo deste parecer e com a máxima *vénia* ao entendimento diverso, este é o entendimento.



Passa e Fica/RN, 14 de Janeiro de 2021.

RODRIGO MARCELINO DA SILVA

Procurador Geral